



RELATÓRIO E CONTAS

2022

ÍNDICE

Órgãos Sociais e de Fiscalização	3
Sumário Executivo	4
Enquadramento Macroeconómico.....	5
Economia Mundial	5
Economia da Zona Euro	6
Economia Portuguesa	6
Mercados Financeiros.....	7
Principais Riscos e Incertezas para 2023.....	9
Evolução da Atividade.....	11
Indicadores economico-financeiros - 2022	12
Margem de Solvência	13
Quota de Mercado 2022	13
Evolução dos Activos sob Gestão	13
Ações de Marketing	14
Responsabilidade Social	16
Meios Humanos e Materiais.....	16
Recursos Humanos	16
Infraestruturas	17
Formação.....	17
Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro	18
Sistema Integrado de Gestão	18
GIPS Compliance	18
Governo Societário	19
Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno.....	19
Riscos associados à atividade da Entidade Gestora	20
Risco dos Fundos Geridos	20
Perspetivas para a Sociedade	20
Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados	21
Nota final.....	21
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
Balanço	24
Demonstração dos Resultados por Naturezas	25
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	26
Demonstração dos Fluxos de Caixa	27
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	28
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	63
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	65

RELATÓRIO DE GESTÃO

Órgãos Sociais e de Fiscalização

Assembleia Geral:

Presidente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa representada por

- Edmundo Martinho

Vice-Presidente

- António Pedro de Sá Alves Sameiro

Secretário

- Susana Raquel dos Anjos Pacheco

Conselho de Administração:

Presidente: Montepio Geral-Associação Mutualista representado por

- Virgílio Manuel Boavista Lima

Administradores Executivos:

- José Luís Esparteiro da Silva Leitão
- Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto

Vogal: Fundação Oriente representada por

- João António Morais da Costa Pinto

Vogal: Navegação Aérea de Portugal, NAV PORTUGAL, E.P.E. representada por

- José Mendes Alfaia

Conselho Fiscal:

Presidente

- José Alarcão Troni

Membros efetivos

- Paula Alexandra Flores Noia de Silveira
- Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas:

- BDO & Associados, SROC representada por: Pedro Manuel Aleixo Dias

Sumário Executivo

No início de 2022, o cenário macroeconómico mantinha-se dominado pela inflação persistente, tendência de subida de taxas de juro, alívio da situação pandémica no mundo ocidental e perspetivas de redução dos estímulos monetários.

Desde o final de 2021, vinha-se também assistindo a um agudizar das relações entre o Ocidente e a Rússia, devido à possibilidade de adesão da Ucrânia à NATO, que a Rússia pretendia impedir. Por essa altura, a Rússia já movimentara tropas para a fronteira com a Ucrânia e, apesar de negar uma intenção de invasão, tal viria a concretizar-se a 24 de fevereiro, precedida três dias antes pelo reconhecimento, por Vladimir Putin, da independência das regiões ucranianas de Lugansk e Donetsk, que passariam assim a ser consideradas pela Rússia como parte integrante do seu território.

A expectativa inicial de que o conflito tivesse uma duração curta foi cedo gorada, perante a persistência do ataque russo em diferentes regiões da Ucrânia.

Assistiu-se assim, ao longo do ano, à imposição de sanções à Rússia e a diversas medidas para evitar uma crise energética de larga escala, tendo a União Europeia (UE) procurado, desde cedo, alternativas de abastecimento de gás à Europa, a fim de reduzir a sua dependência daquele país.

A UE viu-se também confrontada com os problemas de abastecimento, quer de petróleo fornecido pela Rússia, quer de cereais e metais de base provenientes da Ucrânia.

Esta situação conduziu a uma subida de preços das matérias-primas em geral, ao longo do ano, contribuindo para o agravamento das tensões inflacionistas a que já se vinha assistindo desde 2021, mas agora com origem nos custos de produção.

De forma a fazer face à subida da inflação, tanto a Reserva Federal norte-americana como o Banco Central Europeu deram início a uma política monetária restritiva, com repetidas subidas das taxas de juro de referência ao longo do ano, somando um total de subidas, até dezembro, de 4,5 pontos percentuais nos EUA e 2,5 pontos percentuais na Zona Euro.

Para compensar a perda do poder de compra, foram adotadas medidas tendentes a auxiliar as famílias, tais como a atribuição de rendimentos extra por parte dos governos, de que foi exemplo, em Portugal, a atribuição, em outubro, de um subsídio de 125€ para os contribuintes com rendimento bruto mensal até 2.700€ e de meia pensão de reforma a todos os pensionistas.

Como seria expectável, os mercados financeiros reagiram negativamente ao desenrolar de toda a situação ao longo do ano, resultando em perdas históricas nos mercados de Ações e, em simultâneo, nas Obrigações, devido à subida das *yields*.

A deterioração do poder de compra, associado à redução da confiança dos investidores e às rendibilidades negativas durante o ano contribuiu desfavoravelmente para o reforço da poupança com recurso a produtos financeiros como os PPR. Por outro lado, foi adotado em outubro um diploma governamental que veio permitir o reembolso dos PPR, sem penalização fiscal e sem exigência de um mínimo de permanência do investimento, o que induziu ao levantamento da poupança acumulada, contribuindo para a redução das carteiras destes produtos.

Não obstante a situação referida, durante o ano de 2022, a Futuro contou com a angariação de novos clientes, quer no segmento de clientes particulares, quer no segmento de empresas, situação que permitiu alcançar o final do ano com uma carteira de ativos sob gestão de 1.792 milhões de euros. Apesar deste valor representar uma descida face ao ano anterior, permitiu ainda assim consolidar a

posição da Empresa no mercado, aumentando a sua quota de 8,1% para 8,4% e subindo um lugar no ranking de todas as gestoras de fundos de pensões, passando a ocupar a 5ª posição¹.

O resultado bruto do exercício reflete não só o efeito da redução do volume de ativos sobre as comissões de gestão, como igualmente uma alteração na estrutura de receitas e custos da empresa, em resultado da renegociação de importantes contratos, cujo efeito líquido final acabou por ser desfavorável.

Mesmo num cenário muito adverso, o resultado bruto do exercício foi positivo, ascendendo a 172.719€, e o elevado nível de capitais próprios permitiu terminar o ano com um rácio de Autonomia Financeira de 83%, um rácio de Solvabilidade de 4,8, e uma Margem de Solvência de 166%, revelando estes três indicadores uma melhoria face ao ano anterior.

Enquadramento Macroeconómico

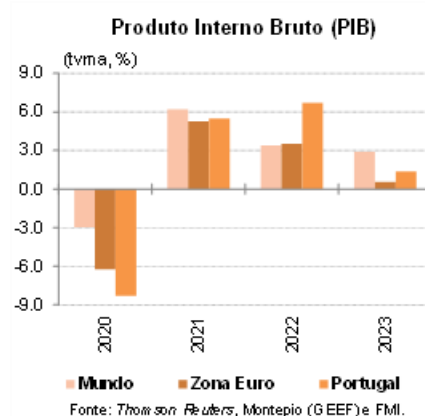
Economia Mundial

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 31 de janeiro/2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento da economia global (em paridade do poder de compra) de 2,9% para 2023, mais 0,2 p.p. do que o projetado em outubro, embora representando um abrandamento face aos 3,4% estimados para 2022.

O FMI prevê igualmente que a economia global volte a acelerar em 2024 (+3,1%), mas devendo permanecer a crescer abaixo da média anual de 3,8% no período 2000/2019. Segundo o FMI, há dois importantes fatores a pesar na economia global: a resposta ao aumento da inflação e a guerra na Ucrânia. Apesar disso, o FMI considera que as perspetivas são menos sombrias do que no início do ano, quer em relação ao crescimento económico, quer sobre a inflação, cuja média global deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024 (embora ainda acima do valor médio pré-pandemia, entre 2017 e 2019, de 3,5%).

O FMI assinala que a política monetária está a contribuir para a descida da inflação, apesar da inflação *core* – que exclui preços de energia e de alimentação – ainda não ter atingido o seu pico em muitos países.

O FMI identifica também os efeitos favoráveis da reabertura da economia chinesa, após a política de "Covid-zero" adotada nesse país, referindo que a repentina abertura da China cria as condições para uma recuperação rápida da atividade. Também as condições financeiras internacionais melhoraram em reação a uma menor pressão da inflação, enquanto a desvalorização do dólar nos últimos meses, desde o seu pico em novembro, permite uma ligeira recuperação nas economias emergentes e em desenvolvimento.



¹ Estatísticas provisórias ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou o ano de 2022 a exhibir um crescimento em cadeia de 0,6% no 1.º trimestre, tendo acelerado, inesperadamente, no 2.º trimestre, para 0,9%, não obstante o impacto do conflito militar na Ucrânia, e continuado a crescer ao longo da 2.ª metade do ano, apesar de em abrandamento (+0,3% e +0,1% nos 3.º e 4.º trimestres). Depois do crescimento médio anual da Zona Euro de 5,3% em 2021, que se sucedeu à forte contração de 6,3% em 2020, a economia da região conseguiu expandir-se 3,5% em 2022, superando as expectativas da generalidade das entidades internacionais e com o melhor final de 2022 a implicar também uma revisão em alta das perspetivas para 2023.

Consequentemente, o FMI reviu em alta, no final de janeiro, a sua anterior previsão de crescimento do PIB da Zona Euro (divulgada em outubro de 2022), de 0,5% para 0,7%, o mesmo tendo sido feito pela Comissão Europeia, em meados de fevereiro, dos 0,3% (previstos em novembro de 2022) para 0,9%, superando as projeções da generalidade das restantes entidades (em novembro, a OCDE previu +0,5%, ao passo que o Banco Central Europeu (BCE) previu +0,5% em dezembro).

Ao longo do ano de 2022, assistiu-se a uma subida galopante da inflação – a taxa de crescimento homólogo do Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) passou de 5,0% em dezembro de 2021, para 9,2% em dezembro de 2022, tendo atingido em outubro um pico de 10,6%, que representou máximos desde setembro de 1982 (+10,7%) –, que refletiu, em grande medida, a evolução dos preços da energia (problema que já se verificava e que foi exacerbado com o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia), tendo, posteriormente, começado a alastrar-se aos demais bens e serviços.

Face a esse contexto de elevada inflação, o BCE deu início ao processo de retirada gradual dos estímulos monetários, com o primeiro momento a ocorrer em março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme – PEPP*), e um segundo momento a ocorrer no final de junho, com o término das aquisições líquidas de ativos ao abrigo do seu programa de compra de ativos (*asset purchase programme – APP*), tendo depois, ao longo da 2.ª metade do ano, iniciado o ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras, com subidas nas reuniões de julho (de 50 p.b.), de setembro e outubro (ambas de 75 p.b.) e de dezembro (de 50 p.b.).

Tratou-se do mais agressivo ciclo de subida de taxas de juro do BCE, com as taxas de referência a aumentarem 250 p.b. em cinco meses, quando em ciclos anteriores esses aumentos, no mesmo prazo, foram entre 50 p.b. e 100 p.b. Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o ano de 2022 nos 3,00% e a taxa de depósitos nos 2,50%, tendo o BCE prosseguido este ciclo de subidas já em 2023 (subiu em 50 p.b. em fevereiro).

Economia Portuguesa

O PIB português iniciou o ano de 2022 a exhibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 2,4% no 1.º trimestre, a acelerar bastante face ao trimestre anterior (+1,9%) e a superar os anteriores máximos históricos registados no 4.º trimestre de 2019, ultrapassando, assim, os níveis pré-pandemia.

Após um abrandamento no 2.º trimestre de 2022, com uma subida de apenas 0,1% (em parte resultante da correção técnica dos problemas estatísticos de medição da atividade que se terão observado no 1.º trimestre), o PIB voltou a acelerar na 2.ª metade do ano, acabando por superar as expectativas da generalidade das entidades (+0,4% e +0,2% nos 3.º e 4.º trimestres).

Em termos anuais, o PIB registou, assim, um crescimento de 6,7% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987, depois da expansão de 5,5% em 2021 e da diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica, tendo fechado 2022 cerca de 3,2% acima do PIB em 2019.

Para 2023, é esperado um mercado abrandamento do crescimento, com o Governo a assumir no Orçamento de Estado para 2023 (OE 2023), publicado em outubro de 2022, um crescimento de 1,3%, abaixo dos 1,5% previstos posteriormente (em dezembro de 2022) pelo Banco de Portugal (BdP), mas acima das previsões das principais entidades internacionais (a OCDE previu +1,0% em novembro e a Comissão Europeia +0,7%, ao passo que o FMI projetou, ainda em outubro, +0,7%).

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, assistiu-se também a um forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, a qual passou de 2,8%, em dezembro de 2021, para 9,8% em dezembro de 2022, tendo em outubro atingido 10,6%, um máximo desde o início da série histórica, em janeiro de 1996, com a inflação média anual a ascender a 8,1% para 2022 (+0,9% em 2021). Tal como observado na Zona Euro, as pressões inflacionistas consolidaram-se ao longo do ano, alastrando-se dos preços da energia e dos alimentos para a generalidade das classes de bens e serviços.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), um aumento da taxa de desemprego, dos 5,9% de dezembro de 2021 para 6,7% em dezembro de 2022, traduzindo o agravamento observado, sobretudo, na reta final do ano, mas registando-se, em termos anuais, uma redução desta taxa, dos 6,6% verificados em 2021 para 6,0% em 2022. O diferencial entre o crescimento da produtividade aparente do trabalho e o crescimento dos salários em termos reais alargou-se muito substancialmente em 2022, tendo atingido um valor máximo desde 1972. De acordo com as previsões de novembro da Comissão Europeia, deverá observar-se em 2023 uma redução dos salários reais, pelo 2.º ano consecutivo, conduzindo a uma perda acumulada em 2022 e 2023 de cerca de 5%.

As finanças públicas beneficiaram do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, que, em contabilidade pública, subiu 11,0% (+14,6% face a 2019), suportada pelo aumento da receita fiscal (+13,8%), com um crescimento de 16,5% dos impostos diretos e de 11,5% dos impostos indiretos, nomeadamente em sede de IVA (+18,6%), que também beneficiou da forte recuperação das receitas turísticas, com a subida do IVA a ser a maior desde 1994.

Assim, o défice orçamental (em % do PIB) terá caído em 2022 dos 2,9% observados em 2021 para um valor um pouco abaixo dos 1,9% assumidos pelo Governo no OE 2023, devendo o rácio da dívida pública sobre o PIB ter registado em 2022 uma descida superior a 10 p.p. face aos 125,5% registados em 2021, no que terá representado a maior queda anual desde, pelo menos, 1973.

O défice da balança corrente ter-se-á agravado em 2022, dos 1,2% do PIB observados em 2021 para um valor em torno de 1,5%, face à redução da taxa de poupança dos particulares em 2022 (passou dos 9,8% em 2021 para 4,7%), que prolongou a trajetória iniciada já em 2021 (em 2022 exacerbada pelo aumento da inflação), depois da marcada subida observada em 2020, para 11,9% (7,2% em 2019), devido à quebra do consumo originada pela pandemia.

Mercados Financeiros

O ano de 2022 ficou indiscutivelmente marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia (24 de fevereiro), que provocou a aplicação de sanções económicas à Rússia por parte do Ocidente e uma escalada dos preços das matérias-primas, que implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços na generalidade das economias, embora em diferentes intensidades. Este contexto provocou, logo no início do ano, a interrupção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados que tinha sido iniciada em meados de 2020, levando a correções nos mercados de ações e de obrigações, que caíram em simultâneo, pela primeira vez nas últimas duas décadas.

A condicionar também o sentimento do mercado esteve a continuação das preocupações com as mutações do vírus responsável pela Covid-19 (e que provocaram novas medidas restritivas em algumas economias, nomeadamente na China, com a adoção da política de “Covid zero”, que condicionaram, significativamente, a atividade económica no país, sobretudo no 2.º e 4.º trimestres), a intensificação das pressões inflacionistas (muito agravadas com o desencadear da guerra na Ucrânia e que só mais perto do final do ano começaram a dar sinais de alívio, embora permanecendo muito elevadas) e a consequente resposta por parte dos principais bancos centrais, no sentido de colocarem as suas políticas monetárias mais restritivas.

De realçar também a continuação das preocupações relativamente ao anterior ritmo de subida das ações, reforçadas com o aumento das *yields* da dívida soberana, sobretudo ao nível das empresas mais endividadas e mais expostas ao ciclo económico, bem como com os dados económicos divulgados ao longo do ano de 2022, que continuaram, de um modo geral, a evidenciar um abrandamento da atividade nas principais economias, designadamente após o início do conflito.

O ano de 2022 ficou inclusive marcado pelo aumento da probabilidade atribuída a uma recessão global em 2023 – embora, no final de janeiro deste ano, o FMI tenha vindo referir que essa recessão poderá ser evitada –, provocada pela redução dos rendimentos reais das famílias, resultantes da elevada inflação, e pelo impacto sobre a procura agregada do referido endurecimento da política monetária por parte dos bancos centrais, para fazer frente à inflação.

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram fortes quedas em 2022, com o S&P 500 a cair 19,4% no total do ano e a apresentar o pior 1.º semestre (-20,6%) desde há mais de 50 anos (embora se tenha sucedido após um forte crescimento de 26,9% em 2021, naquele que havia constituído o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999). O *Nasdaq* exibiu uma queda ainda maior (-33,1%, a maior queda desde 2008), ao passo que o *Dow Jones* desceu menos (8,8%). Na Europa, o *Eurostoxx 50* perdeu 11,7%, mas com o índice português PSI a conseguir valorizar-se 2,8%, em contraciclo com a generalidade das praças europeias, depois de já ter subido 13,7% em 2021, naquele que havia sido o melhor desempenho anual desde 2017. O índice *MSCI* global desceu 19,8%, afastando-se dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021.

As ***yields* da dívida pública de referência** subiram significativamente nas principais economias, com maior intensidade nos prazos mais curtos, refletindo as expectativas e concretização de políticas monetárias mais restritivas.

Na **Alemanha**, as *yields* a 2 anos aumentaram 338 pontos base (p.b.), para 2,764% (+275 p.b. nos 10 anos, para 2,571%, regressando a terreno positivo), a maior subida desde, pelo menos, o início dos anos 90.

Nos **EUA**, as *yields* a 2 anos subiram 369 p.b. para 4,426% (nos 10 anos, +236 p.b. para 3,875%), o maior aumento desde, pelo menos, o início dos anos 80.

Os ***spreads* de crédito** apresentaram movimentos desfavoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de agravamentos também nos ***spreads* dos países periféricos da Zona Euro**, com a Itália – refletindo, igualmente, a instabilidade política observada e o tom cético dos mercados com os resultados das últimas eleições legislativas no país – a destacar-se pela negativa (+80 p.b., para um *spread* de 214 p.b.), seguida da Grécia (+54 p.b., para 205 p.b.) e de Portugal (+37 p.b., para 102 p.b.), que terminou o ano de 2022 com um *spread* inferior ao de Espanha (+35 p.b., para 109 p.b.).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, as **taxas Euribor** apresentaram também marcadas subidas em 2022 (+270 p.b. nos 3 meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses), o maior aumento num ano desde o início das séries históricas (em 1999), após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro). Assim, as taxas Euribor fecharam 2022 em terreno positivo em todos os prazos (2,132% nos 3 meses, 2,693%

nos 6 meses e 3,291% nos 12 meses), o que não sucedia desde o início de 2015, atingindo níveis máximos desde finais de 2008 e início de 2009.

Os índices gerais de **matérias-primas** registaram, igualmente, fortes subidas, com o índice composto *CRB Index* a avançar 19,5% e o *GSCI* 8,7%, sendo suportado pelas classes de energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 14,2%), num contexto de aumentos dos preços do *brent* e do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 10,5% e 6,7% (os preços do gás na Europa subiram 13,0% face ao fecho de 2021, após já terem aumentado 243% em 2021, embora fechando o ano de 2022 num nível 76% abaixo do máximo histórico de final de agosto), das agrícolas (fizeram máximos históricos no ano, em meados de maio), do gado e dos metais preciosos (apenas marginalmente), sendo, no entanto, penalizado pelos metais de base (mas que chegaram, no entanto, a fazer máximos históricos no ano, no início de março).

Principais Riscos e Incertezas para 2023

No *WEO* de 31 de janeiro, o FMI realçou que a condicionar a atividade económica no ano de 2022 estiveram a inflação, a guerra na Ucrânia e o ressurgimento da Covid-19 na China e que os dois primeiros fatores irão continuar a condicionar a atividade em 2023. As perspetivas de baixo crescimento em 2023 refletem também o aumento das taxas de juro dos bancos centrais para combater a inflação – especialmente nas economias avançadas –, bem como a guerra na Ucrânia. O FMI considera que o balanço dos riscos das previsões económicas continua inclinado para o lado descendente, mas os riscos adversos foram moderados desde o relatório de outubro. Sublinhou, igualmente, que o aperto de política monetária está a começar a arrefecer a procura agregada e a inflação, mas com o efeito pleno a dever concretizar-se apenas em 2024.

De facto, os efeitos da política monetária tendem a produzir-se com cerca de 9 meses de desfasamento, pelo que estaremos ainda no início desse período, sendo que nos últimos 60 anos os EUA nunca conseguiram um *soft landing* com inflação acima de 5%, taxa de desemprego abaixo de 5% e taxas de juro em alta.

O FMI admite que problemas de saúde pública na China relacionadas com a Covid-19 e uma eventual escalada da guerra na Ucrânia podem também atrasar a recuperação. O FMI acrescentou ainda que os mercados financeiros também podem reagir repentinamente a notícias adversas sobre a inflação, enquanto uma maior fragmentação geopolítica pode prejudicar o progresso económico.

A retirada dos estímulos monetários na Zona Euro – o agregado monetário M2 continua a crescer perto de 5%, enquanto nos EUA está já a cair – aumenta igualmente os riscos de fragmentação entre os diferentes mercados de dívida pública da Zona Euro, podendo conduzir ao alargamento dos *spreads*, agravando o problema de dívida pública dos países do sul da Europa.

O atual cenário de que as taxas de juro de referência nos EUA e na Zona Euro atinjam picos de 5% e 3,5%, com descida de taxas já no 2.º semestre do ano, pelo menos nos EUA, poderá também ser questionado (alguns investidores internacionais relevantes já o excluíram), se se reforçarem os efeitos de 2.ª ordem sobre a inflação, resultantes dos aumentos salariais e das margens de lucro das empresas, assim como a resiliência do mercado de trabalho (apesar dos recentes anúncios de despedimentos em grandes empresas dos EUA nos setores tecnológico e financeiro).

Tal contexto tenderá a pressionar os bancos centrais a prolongar o atual ciclo de subida de taxas de juro, levando as taxas diretoras para níveis superiores aos atualmente esperados pelos mercados e podendo gerar novas correções nos mercados de ações e obrigações, com potenciais impactos na estabilidade financeira.

Nesse contexto, poder-se-á observar um aumento do risco de crédito das empresas com maiores consumos energéticos e endividamento, assim como dos particulares com maior dívida e menores rendimentos, com potencial impacto no custo do risco dos bancos e nos *Non Performing Loans* (NPLs) (nos EUA, os níveis de incumprimento em cartões de crédito já duplicaram).

Estes efeitos poderão ser acentuados se:

- i) a forte desaceleração da atividade económica (no cenário de *stress* divulgado no final de janeiro pela *European Banking Authority* (EBA) e pelo *European Systemic Risk Board*, assume-se uma queda real do PIB em Portugal de 1,6% e 3,1%, respetivamente para 2023 e 2024) implicar um aumento relevante do desemprego (no mesmo cenário, estima-se uma subida da taxa de desemprego em Portugal para 7,6%, 10,1% e 11,4%, respetivamente em 2023, 2024 e 2025), tendo presente que Portugal é o 2.º país da Zona Euro com maior exposição a crédito a Sociedades Não Financeiras (SNFs) vulneráveis a aumentos dos juros e dos preços da energia;
- ii) políticas monetárias mais restritivas aumentarem a aversão ao risco do sistema bancário, com a adoção de critérios de concessão de crédito e *pricing* mais conservadores;
- iii) o eventual maior aumento das taxas de juro poderá ainda reduzir a procura de crédito, com impactos no mercado imobiliário.

Do lado dos riscos positivos, o FMI aponta como plausíveis um impulso mais forte da procura reprimida em várias economias ou uma queda mais rápida da inflação.

Ao nível nacional, a economia deverá ver-se também condicionada pelos riscos identificados sobre a economia global, sendo que, segundo a análise do Banco de Portugal no Relatório de Estabilidade Financeira de novembro, no atual quadro de incerteza e de normalização da política monetária, as principais vulnerabilidades para a estabilidade financeira são os riscos de:

- i) uma reavaliação adicional dos prémios de risco, não obstante a correção já ocorrida, gerando uma desvalorização das carteiras de ativos e aumentando os custos de financiamento de mercado para novas emissões;
- ii) uma redução dos preços no mercado imobiliário residencial, decorrente de alterações nas condições de financiamento, que poderá também afetar o valor de carteiras de ativos, de famílias ou de entidades financeiras, seja de forma direta, seja por via das garantias em operações de crédito;
- iii) uma maior dificuldade em assegurar a redução prevista do rácio de endividamento público, face ao abrandamento real e nominal da economia e a um aumento, eventualmente mais expressivo, das despesas com juros;
- iv) deterioração da situação financeira dos particulares num contexto de taxa de poupança reduzida, em especial entre os já mais vulneráveis, e de dominância do endividamento a taxas de juro variáveis;
- v) deterioração da situação financeira das sociedades não financeiras, em particular das mais expostas aos efeitos da pandemia e/ou ao aumento dos custos de energia e matérias-primas, que se caracterizem por um menor poder de mercado e por uma estrutura de balanço mais frágil.

De notar que a referida normalização da política monetária, as elevadas pressões inflacionistas, o ainda relativamente recente *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e o também ainda recente fim dos programas de moratórias alinhados com os requisitos europeus (entretanto sucedidos por iniciativas nacionais de reestruturação de créditos que poderão impactar desfavoravelmente no custo do risco e nos requisitos de capital dos bancos) continuarão a ser desafios particularmente relevantes em 2023, uma vez que concorrem para a deterioração da situação financeira das famílias e empresas, potenciando o avolumar de insolvências em alguns setores de atividade.

Reforça-se que a incerteza é bastante elevada, pelo que as perspetivas de crescimento permanecem rodeadas de riscos descendentes (e as de inflação de riscos ascendentes), sendo naturalmente muito afetadas pela duração do conflito militar na Ucrânia e respetivo impacto nos mercados financeiros, sobretudo de matérias primas, assim como pelas reações de política económica, com destaque para a já referida normalização da política monetária observada ao longo de 2022 e que ainda se manterá em curso durante parte de 2023.

Evolução da Atividade

Conforme já referido no sumário executivo, o ano de 2022 foi dominado pela inflação persistente, subida acentuada das taxas de juro, perspetivas de redução dos estímulos monetários por parte do BCE e escalada do conflito no leste europeu, após a invasão do território Ucrainiano pela Rússia a 24 de fevereiro.

Como ponto positivo, ao longo do ano, há felizmente a assinalar a melhoria do nível global de atividade económica em Portugal, associado ao desconfinamento, em virtude da evolução positiva da situação pandémica que, por si só, permitiu um regresso do turismo ao país e induziu a que as famílias voltassem a consumir e a mobilizar as suas poupanças.

Será porventura esta uma justificação para que, tanto no mercado individual, quanto no segmento institucional, a Futuro pudesse contar com uma evolução positiva do negócio: o ano de 2022 ficou assinalado como o terceiro melhor ano de sempre na angariação de contribuições para adesões individuais, em particular em PPR, e foi possível igualmente conquistar alguns clientes no mercado de empresas, incluindo a angariação de importantes multinacionais.

Embora com algumas restrições quanto ao montante disponível para publicidade, o Plano de Marketing delineado para 2022 foi cumprido, tendo-se realizado as campanhas previstas e que se apresentam abaixo em subcapítulo próprio.

Contudo, como seria expetável, os mercados financeiros reagiram negativamente à situação de conflito bélico e aos seus efeitos na evolução macroeconómica, resultando em perdas históricas nos mercados de Ações e, em simultâneo, perdas acentuadas nas Obrigações, devido à subida das *yields*.

No quarto trimestre, foi adotado um diploma governamental que veio permitir o reembolso dos PPR sem penalização fiscal e sem exigência de um mínimo de permanência do investimento, induzindo ao levantamento da poupança acumulada, com um acréscimo acentuado de reembolsos, o que, conjugado com a desvalorização das carteiras destes produtos, acabou por prejudicar o crescimento. Não obstante, alcançou-se o final do ano com um saldo positivo entre contribuições e reembolsos nos Fundos de Pensões Abertos, o que permitiu compensar parcialmente a desvalorização atribuível aos mercados financeiros, limitando a redução dos ativos sob gestão nestes fundos a 3,4%, enquanto a carteira total de ativos sob gestão se reduziu 7,8%. Assim, no final do ano de 2022, a Futuro detinha uma carteira de ativos sob gestão que ascendia 1.792 milhões de euros.

Os Fundos de Pensões fechados foram igualmente afetados pela desvalorização dos mercados financeiros. Contudo, no que se refere a planos de Benefício Definido, a componente financeira acabou por ser contrabalançada pela subida acentuada das taxas de desconto, permitindo, na maior parte dos planos, ganhos atuariais significativos e um aumento do nível de cobertura das responsabilidades.

A adaptação dos documentos contratuais de todos os Fundos de Pensões sob gestão ao novo regime jurídico dos fundos de pensões aprovado em 2020 prolongou-se ainda pelo ano findo, perante a necessidade de aguardar sucessivas apreciações pela Autoridade de Supervisão, o que impediu a

...

adoção de algumas inovações que se encontravam previstas, nomeadamente a adoção de diferentes categorias de Unidades de Participação nalguns fundos.

No que se refere ao tema da Sustentabilidade, até ao final do ano foi possível a consideração efetiva dos critérios ASG (Ambientais, Sociais e Governamentais) na gestão das diversas carteiras de investimento, trabalho que foi levado a cabo com a colaboração dos gestores de ativos subcontratados, procurando-se assegurar um alinhamento com o Artigo 6º do Regulamento SFDR (Regulamento 2019/2088 (SFDR-Sustainable Finance Disclosure Regulation)).

Em resultado da sua atuação no mercado e com o apoio dos seus principais distribuidores e parceiros, a Futuro conseguiu reforçar a sua posição, aumentando a sua quota de mercado de 8,1% para 8,4% e subindo um lugar no ranking de todas as empresas gestoras de fundos de pensões, passando a ocupar a 5ª posição¹.

Não obstante, o contributo positivo da dinâmica comercial não foi suficiente para compensar totalmente o efeito da redução do volume de ativos sobre a receita da Futuro. De facto, a redução do montante sob gestão surte efeito direto sobre as comissões de gestão. Por outro lado, culminou em 2022 o processo de renegociação de contratos de extrema importância na atividade da Futuro, que tiveram impacto na estrutura de receitas e custos da empresa e cujo efeito líquido final acabou por ser desfavorável.

Registaram-se ainda dois outros fatores que prejudicaram o resultado, como o aumento acentuado do valor a repor a clientes relativo a garantia de capital (154.917€), em virtude do acréscimo de reembolsos, e a desvalorização das aplicações de tesouraria, num total líquido de 81.214€.

Apesar do cenário adverso, o resultado bruto do exercício foi positivo, ascendendo a 172.719€, e o elevado nível de capitais próprios permitiu apurar um rácio de Autonomia Financeira de 83%, um rácio de Solvabilidade de 4,8 e uma Margem de Solvência de 166%, revelando estes três indicadores uma melhoria face ao ano anterior.

Faz-se notar que, no ano de 2021, as circunstâncias não foram, de todo, comparáveis ao que se vivenciou em 2022, sendo que o resultado então alcançado, para além de ter beneficiado de uma conjuntura financeira extremamente favorável (apesar da pandemia), contou também com o encaixe de uma mais-valia (valor bruto) de 480.416€, resultante da alienação de um imóvel.

Indicadores economico-financeiros - 2022

Resultado bruto	172.719€
Resultado líquido	83.700€
Rendibilidade do capital social	3,3%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	83%
Rácio de Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	4,8

¹ Estatísticas provisórias ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

...

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

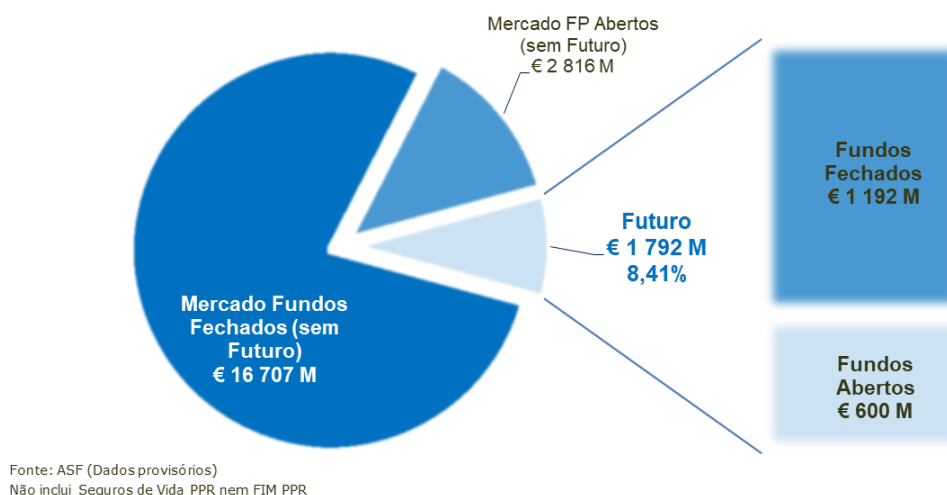
O Resultado Líquido reflete a tributação em IRC sobre o gasto do período com o complemento reforma (154.219€), não aceite fiscalmente, o que justifica, em parte, o grande diferencial face ao Resultado Bruto.

Margem de Solvência

O nível de capitais próprios tem permitido uma margem de solvência acima do mínimo exigível, terminando o ano em 166%.

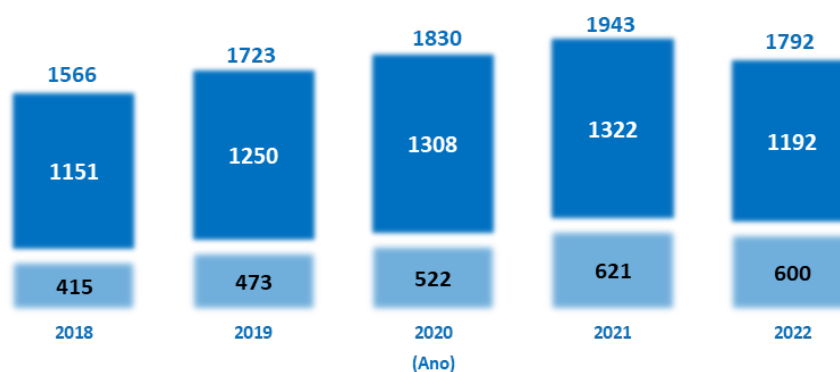
Ao longo do ano, a Futuro manteve os seus excedentes de tesouraria aplicados em depósitos a prazo, em fundos de investimento imobiliário, em FIM de obrigações e num seguro de capitalização. Perto do final do ano, procedeu-se à aquisição de duas emissões obrigacionistas e à aquisição de um novo fundo de investimento imobiliário, numa ótica de diversificação do investimento.

Quota de Mercado 2022



Evolução dos Activos sob Gestão

(Milhões de Euros)



...

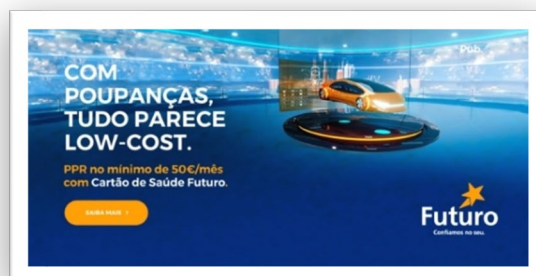
Ações de Marketing

Descrevem-se neste capítulo as iniciativas de marketing desenvolvidas em 2022, com foco nas principais campanhas trimestrais do segmento de clientes particulares.

Campanha 1.º trimestre - Mensalidades "Com poupanças tudo parece low-cost"

A Futuro manteve a estratégia de comunicação para a captação de novos Clientes jovens, dos 18 aos 35 anos, utilizando uma imagem "futurista".

Promoveram-se os Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA, com oferta do Cartão de Saúde Futuro.



Campanha 2.º trimestre "O melhor da vida, hoje e no Futuro"

Esta campanha proporcionou, para subscrições nos Fundos PPR 5 ESTRELAS, PPR GERAÇÃO ACTIVA e PPA ACÇÃO FUTURO, a atribuição de cheques-oferta para aquisição de ingressos em espetáculos.

Adicionalmente, manteve-se a oferta específica para o target jovem, dentro dos moldes habituais e sujeito a mínimos de subscrição.



Campanha 3.º trimestre "Quanto mais cedo melhor"

Para promover as subscrições livres, a Futuro concebeu uma campanha com insight associado ao conselho de um pai ou amigo, lembrando a importância de poupar "cedo" para a Reforma.

Nesta campanha premiaram-se novos Clientes jovens dos 18 aos 35 anos, sujeito a um mínimo de investimento.

A Campanha deu bom resultado, permitindo em simultâneo angariar novos seguidores nas redes sociais.



...

Campanha 4.º trimestre "Uma decisão para a vida"



Adaptou-se o conceito do ano anterior, com utilização da mesma imagem da Campanha, a qual havia sido inovadora ao utilizar três diferentes personagens que projetam o público-alvo de subscritores PPR.

O foco centrou-se em comunicar a importância de planear o investimento a longo prazo, de assegurar proteção numa adversidade, usufruir de um complemento de reforma e viver autonomamente, sem depender de terceiros – "Uma decisão para a vida."

Promoveram-se as subscrições livres e atribuiu-se como incentivo um cartão de compras de uma marca prestigiada. Cumulativamente, manteve-se uma oferta específica para jovens.



www.instagram.com/futuro.sa

Instagram

No final de 2022, assinalou-se um ano e meio de presença da Futuro no **Instagram**. Neste período, foram publicados 174 *Posts*, e finalizou-se o ano com centenas de seguidores.

O Instagram é um canal de comunicação privilegiado, especialmente junto do público mais jovem, procurando-se despertar o interesse pela poupança para a reforma, através da divulgação de campanhas e da dinâmica da atuação da Futuro, com apoio a diversas iniciativas, nomeadamente no desporto.



Marketing Institucional

Especificamente orientada para o mercado de Empresas, a Futuro assegurou a sua participação em três conferências organizadas por entidades que desenvolvem a sua atuação na área da gestão de Recursos Humanos – e que se realizaram em Lisboa e no Porto – o que permitiu angariar contactos e assegurar uma presença institucional com grande visibilidade junto dos profissionais de topo daquela classe profissional.

...

Responsabilidade Social

A Futuro tem procurado anualmente dar o seu contributo para a sociedade, apoiando sobretudo iniciativas orientadas para a proteção e desenvolvimento dos mais jovens.

Em 2022, o nosso apoio foi destinado às seguintes instituições:

- Aprender em Parceria A PAR

A Futuro apoiou a edição de novo livro de leitura e entretenimento destinado a crianças, no âmbito do projeto Cantar Juntos pelo Mundo, iniciado já no ano anterior.

- Clube de Badmington de Tires

Apoio no equipamento e deslocações das equipas de atletas e técnicos.

- Clube Junqueiro Ténis

Apoio através de aquisição de publicidade, com a colocação de lonas em diversos campos de ténis e padel.

- Modalidades de Surf, Longboard e Bodyboard do Estoril Praia (GDEP)

Em 2022 a Futuro continuou a apoiar estas modalidades, a que ainda adicionou um patrocínio da surfista profissional Carolina Mendes, que representou Portugal em campeonatos nacionais e internacionais.

- Envolvimento dos próprios empregados

Foram apoiados dois eventos com intervenção ativa de alguns empregados da Futuro:

- organização e participação no Campeonato "*Deaf Champions League Futsal*", este ano realizado em Portugal, na cidade de Lisboa, naquela que é a maior prova de futsal de surdos a nível internacional.
- organização e participação em Campeonato de Danças Desportivas: Campeonato Nacional Standard e Latinas 2022.

Meios Humanos e Materiais

Recursos Humanos

Em 2022, foi mantido um regime misto de prestação de trabalho, com rotatividade entre presencial e remoto, nas áreas e funções em que tal se revelou possível, em linha com o Grupo Montepio.

A Futuro encerrou o ano de 2022 com um quadro de pessoal de 37 profissionais.

No primeiro semestre foi contratada uma nova Diretora Administrativa e Financeira, para substituição do anterior, que saiu da empresa por motivo de reforma.

No último trimestre do ano, outra colaboradora passou à reforma e foram contratados dois novos colaboradores, um para a área de Marketing e Clientes Particulares e outro para a área de Marketing Institucional e Empresas.

Infraestruturas

Foi concluída no final de 2022 a migração integral para o novo programa de gestão de participantes. A conclusão do projeto incluiu substancial desenvolvimento interno da equipa de TI da Futuro na programação da ferramenta de interface de dados, para comunicação com os serviços centrais dos distribuidores.

Paralelamente prosseguiram alguns projetos informáticos de migração tecnológica em diversas aplicações e portal web. A utilização de tecnologias *state of the art* irá permitir agilizar os processos de trabalho e garantir um nível de segurança de informação acrescido.

Apesar do levantamento de restrições face ao contexto de pandemia que perdurou ainda durante 2022, manteve-se a operacionalidade dos procedimentos e meios necessários para assegurar a continuidade da atividade em regime de trabalho remoto.

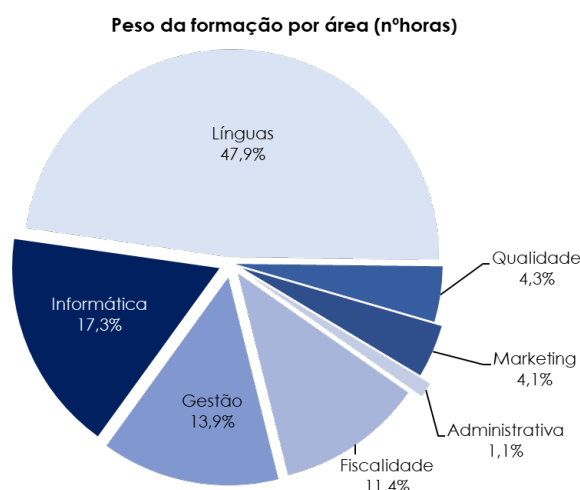
Com o objetivo de contribuir para o acréscimo de produtividade em diversas funções, foi reforçado o parque informático com terminais com dois ecrãs e realizada a substituição de máquinas de uso partilhado para equipamentos mais modernos e com melhor performance.

Formação

A formação profissional dos Colaboradores foi planificada de forma a garantir uma adequada preparação e requalificação permanente, contribuindo assim para a manutenção do elevado padrão de serviço prestado pela Futuro.

As sessões formativas envolveram a totalidade dos colaboradores da empresa, atingindo-se cerca de 1627 horas formativas, num total de 39 ações de formação realizadas. Procuraram-se reforçar, em particular, competências na área de Inglês, Informática na ótica do utilizador, Gestão e Fiscalidade.

Considerando os diversos temas abordados, a distribuição da formação realizada durante o ano foi a seguinte (contabilizando o número de horas de formação): Inglês-47,9%, Informática-17,3%, Gestão-13,9%, Fiscalidade-11,4%; Administrativa-1,1%, Qualidade-4,3%, Marketing-4,1%.



No âmbito do Sistema Integrado de Gestão, é analisada e avaliada a utilidade e eficácia das ações de formação, bem como a qualidade das empresas formadoras e o seu contributo para o cumprimento de objetivos e melhoria de competências.

Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro

A Futuro tem um Plano de Pensões complementar do regime público de Segurança Social e independente das pensões atribuídas por esse regime. É garantido um complemento de reforma aos Colaboradores que, à data de reforma, estejam ao serviço da Empresa e reúnam os requisitos de exigibilidade definidos no Plano de Pensões.

Existem também direitos adquiridos ao abrigo deste plano de pensões, em caso de saída da empresa antes da passagem à reforma por idade. A Sociedade Gestora tem cumprido com as contribuições necessárias para cobertura das responsabilidades assumidas, tendo-se atingido no final do ano um rácio de cobertura em 131,2%.

Em 2022, a subida acentuada da taxa de desconto (de 1,47% para 4,23%) resultou num ganho atuarial de cerca de 1,5 milhões de euros, que permitiu atenuar a perda financeira de cerca de 500 mil euros, ascendendo o total de ganhos atuariais e financeiros a 1 milhão de euros, aproximadamente.

Sistema Integrado de Gestão

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Futuro junta ao cumprimento dos requisitos da ISO 9001: 2015, a conformidade com a Norma 8/2009 (SGRCI) da ASF e com as normas GIPS. O sistema evidencia níveis elevados de integração e métodos consistentes de identificação de riscos a que a entidade gestora e os fundos de pensões geridos se encontram expostos, os quais estão em consonância com o exigido na Norma ISO 9001: 2015, tendo sido efetuada a habitual auditoria de acompanhamento com "Zero Não Conformidades".

A conformidade com a norma ISO 9001: 2015 foi atestada pela APCER, com emissão do "Certificado de Conformidade" e do "Certificado *IQnet- International Certification Network*". A Certificação é válida até maio de 2024 e foi obtida em outubro de 2001, cobrindo todas as áreas de atuação da Futuro: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de fundos de pensões abertos e fechados.

A Certificação da Qualidade tem concorrido para a satisfação dos Clientes dos Fundos de Pensões da Futuro, facto que é reconhecido pela confiança de importantes empresas e de dezenas de milhar de participantes individuais que têm confiado à Futuro a gestão das suas poupanças para a reforma.

GIPS Compliance

Desde 2013 a Futuro viu reconhecida a conformidade com as Normas *GIPS - Global Investment Performance Standard*¹, as quais exigem o cumprimento de um conjunto de princípios padronizados e internacionalmente aceites na avaliação das rendibilidades dos Fundos sob gestão.

¹ Para receber a lista descritiva dos vários Compósitos da Futuro, pode contactar-nos através do número de telefone (+351) 210 416 005 ou através do endereço eletrónico geral@futuro-sa.pt.

Governo Societário

Em 2021, ano de eleição dos novos Órgãos Sociais, a Futuro passou a contar com dois Administradores Executivos, dando resposta às novas exigências do regime jurídico dos fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras.

No início do segundo semestre de 2022, deu-se a substituição de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal pelo suplente previamente designado e após aprovação pela ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 2021 havia sido contratada como nova empresa de auditoria a BDO, para o triénio 2021-2023, passando o Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias a ser o Revisor Oficial de Contas da Sociedade e dos Fundos geridos, igualmente em representação da BDO & Associados, SROC, situação que se manteve em 2022.

A 25 de outubro de 2022, por deliberação em Assembleia Geral da Montepio Seguros SGPS, SA, a titularidade da participação desta entidade no capital social da Futuro, correspondente a 76,78%, passou para o Montepio Geral-Associação Mutualista (MGAM), tendo sido dissolvida a Montepio Seguros SGPS.

Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

Em conformidade com a legislação em vigor, a Futuro possui uma estrutura organizacional bem definida e ajustada ao desenvolvimento da atividade, incluindo o controlo interno e a gestão do risco.

O sistema de controlo interno da entidade gestora tem por base um eficiente sistema de gestão de riscos, bem como atividades de controlo e procedimentos de monitorização apropriados e claramente definidos, e que se encontram suportados pela documentação do Sistema Integrado de Gestão, devidamente certificado pela APCER ao abrigo da ISO 9001: 2015, conforme atrás referido.

Neste âmbito, e no cumprimento da legislação e regulamentação nacional, a Futuro adotou um conjunto de Políticas e orientações emanadas da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, que aprovou o novo Regime Jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundo de pensões. No mesmo contexto, é considerada a regulamentação aprovada pela Autoridade de Seguros e Pensões (ASF).

A gestão de risco é um processo contínuo e tem como objetivo a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo de todos os riscos materiais a que a entidade gestora e os fundos de pensões por si geridos se encontram expostos, tanto a nível interno como externo, de forma a assegurar que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a respetiva situação financeira nem os interesses dos participantes ou beneficiários dos fundos de pensões.

A função de Auditoria Interna assegura a necessária independência no exercício da sua função no âmbito do sistema de controlo interno. Relativamente ao exercício de 2022, foi verificado o cumprimento e validada a eficácia do sistema e seus controlos, visando a melhoria contínua da atividade e a mitigação dos seus riscos, com um alinhamento adequado com os normativos de referência.

A função de Compliance, desenvolvida pela Área de Risco e Compliance da Futuro, assegura o cumprimento dos deveres e obrigações legais e procede à análise do impacto de alterações legais na atividade da instituição. Neste âmbito, foram acompanhados os diversos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, sendo emitidas recomendações sempre que oportuno, no sentido de tomar medidas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências, de modo a assegurar robustez e segurança na atividade desenvolvida. A função de Compliance assegura também, no âmbito da manutenção do sistema de controlo interno, a gestão eficaz da prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento de terrorismo.

Riscos associados à atividade da Entidade Gestora

O comportamento dos mercados financeiros prejudicou as rendibilidades das carteiras sob gestão, assistindo-se à confluência de desvalorizações quer no segmento de ações, quer no de obrigações.

Apesar dessa circunstância, o risco decorrente da garantia de capital existente em relação a alguns fundos manteve-se devidamente salvaguardado quer pela provisão constituída especificamente para sua cobertura parcial, quer por um elevado nível de capital próprio, que tem assegurado o cumprimento dos requisitos de solvência da Empresa.

No que respeita a alterações de legislação com impacto na atividade, procedeu-se à verificação da implementação do novo regime jurídico dos fundos de pensões, com a revisão das políticas que devem reger o sistema de governo e a distribuição de produtos.

Relativamente ao quadro normativo emanado da Autoridade de Seguros e Pensões, há a destacar a adoção da Norma Regulamentar N.º 7/2022-R, de 7 de junho, alusiva à conduta de mercado e tratamento de reclamações.

As regras praticadas estão em alinhamento com o código de conduta da Futuro, ajustado aos princípios seguidos pelo seu acionista maioritário, visando reforçar e alinhar a cultura institucional com os valores e as especificidades do Grupo.

Risco dos Fundos Geridos

Os procedimentos adotados relativos à gestão de risco permitem delimitar com rigor o nível de risco aceitável para cada Fundo, tendo em consideração a respetiva política de investimentos estabelecida.

O sistema de gestão de riscos tem em consideração os riscos específicos de cada plano de pensões, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de concentração e o risco de liquidez.

Ao longo do ano, através das suas reuniões mensais, o Comité de Investimentos da Futuro teve a oportunidade de se ir pronunciando sobre a estratégia delineada e ajustamentos que se foram revelando necessários, em função da evolução global dos mercados financeiros e, em particular, das taxas de juro.

Além da intervenção deste Órgão, as carteiras de ativos foram permanentemente monitorizadas, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e contratuais.

Perspetivas para a Sociedade

O ano já em curso encontra-se ainda dominado pela guerra entre a Ucrânia e a Rússia, sem perspectivas de ser posto termo ao conflito, o qual veio alterar o equilíbrio geopolítico e colocar o mundo perante novos desafios e ameaças.

Vive-se assim sob um espectro de grande incerteza: se, por um lado, enquanto o conflito perdurar, se mantém uma elevada pressão sobre os preços dos bens energéticos, cereais e metais de base, por outro, sabe-se que qualquer que seja o desfecho, se está perante uma profunda alteração das relações económicas e políticas entre os diversos blocos geográficos.

O choque a nível macroeconómico provocado não só pelo conflito, como pela evolução da inflação e mudança das políticas monetárias a nível da FED e BCE, deixa antever um panorama de abrandamento económico ou mesmo de recessão nalguns países.

...

A inflação, por si só, prejudica a capacidade de poupança e é fonte de instabilidade social, o que já se vem observando no País.

Assim, as perspetivas a nível do segmento de clientes individuais não são muito promissoras, tanto mais que o Orçamento de Estado para 2023 veio novamente determinar a utilização das poupanças acumuladas em PPR para fazer face às crescentes dificuldades da população, nomeadamente perante o aumento acentuado das prestações de crédito à habitação. Esta circunstância deverá determinar um crescimento elevado dos reembolsos destes produtos, com a conseqüente redução dos volumes sob gestão.

Acresce ainda que a subida das taxas de juro deverá conduzir a uma subida da remuneração dos produtos bancários tradicionais, o que pode representar uma dificuldade acrescida na colocação de produtos cuja rendibilidade depende do comportamento dos mercados financeiros.

Contudo, espera-se que a estrutura de apoio comercial, suportada pelos seus principais parceiros, possa assegurar à Futuro a continuidade na colocação dos seus produtos e crescente angariação de clientes.

Por outro lado, a captação recente de novos Planos de Pensões junto de multinacionais deverá permitir um crescimento continuado da atividade, com uma subida gradual da receita.

Também as questões ligadas à Sustentabilidade têm vindo a afirmar-se com especial acuidade quanto à forma de prestação de serviços no setor financeiro, o que constitui igualmente mais um requisito na ordem do dia. Neste campo, a atuação da Futuro tem evoluído no sentido de assegurar resposta adequada mediante a promoção e adoção de boas práticas, ponderando-se uma evolução para a classificação dos seus produtos em linha com os critérios mais exigentes do regulamento SFDR, ou seja, transitando para a adoção de objetivos de promoção efetiva dos fatores de sustentabilidade, em linha com o Regulamento europeu SFDR.

Não obstante um cenário que se adivinha altamente desafiante, a solidez financeira da Futuro permite assegurar os meios necessários para se adaptar às novas exigências, pelo que se pode projetar um novo ano de crescimento e de consolidação do negócio e da imagem da empresa.

Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado bruto apurado no exercício foi de 172.718,68€ e o líquido resultante de 83.700,06€, a que corresponde uma rendibilidade do capital próprio de 0,8% e uma rendibilidade do capital social de 3,3%.

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Distribuição de dividendos: 82.137,60€ (0,16€/ação);
- Transferência para outras reservas 1.562,46€.

Nota final

As diversas contingências ao longo do ano 2022 justificam uma palavra de apreço por parte do Conselho de Administração a todos os trabalhadores, pelo reconhecido empenho, esforço e dedicação para vencer as dificuldades e contribuir para um resultado financeiro positivo e consolidação da imagem e posição concorrencial da Futuro no mercado.

...

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

Forçoso será igualmente enaltecer e deixar uma palavra de apreço pelo papel desempenhado pelas diversas entidades que, em permanência, contribuem para o bom funcionamento e desenvolvimento do setor de Fundos de Pensões e àquelas que, de forma direta, suportam o crescimento do negócio e a angariação de clientes.

São elas:

- O Banco Montepio, na qualidade de Banco Depositário e de entidade comercializadora dos Fundos Abertos geridos pela Sociedade;
- A Montepio Gestão de Activos, enquanto responsável pela gestão direta de ativos;
- A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)
- A APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios;
- O Senhor Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões, Dr. Francisco de Medeiros Cordeiro;
- Os parceiros e mediadores que têm contribuído para a angariação de novos negócios.

Pela colaboração prestada na gestão corrente da Empresa, fica igualmente uma palavra de agradecimento aos:

- Membros da Assembleia Geral
- Membros do Conselho Fiscal
- Membros da Comissão de Vencimentos e da Comissão de Avaliação

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

Presidente:	Virgílio Manuel Boavista Lima
Administradores Executivos:	José Luís Esparteiro da Silva Leitão
	Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto
Vogal:	José Mendes Alfaia
Vogal:	João António Morais da Costa Pinto

...

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Período findo em 31 de dezembro de 2022

		Unidade: Euro	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	110 809	122 890
Ativos intangíveis	8	34 972	76 387
Outros investimentos financeiros	9	4 565 187	2 361
Ativos por impostos diferidos	10	77 625	53 338
		4 788 593	254 976
Ativo corrente			
Clientes	11	1 347 889	2 127 797
Estado e outros entes públicos	12	100 318	-
Outros créditos a receber	13	935 819	113 671
Diferimentos	14	106 930	95 616
Ativos financeiros detidos para negociação	15	2 187 980	6 865 907
Caixa e depósitos bancários	5	3 040 757	3 663 079
		7 719 693	12 866 070
Total do ativo		12 508 286	13 121 046
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	16	2 566 800	2 566 800
Reservas legais	17	513 360	513 360
Outras reservas	18	6 757 692	6 703 953
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18	445 619	(528 066)
		83 700	1 208 799
Resultado Líquido do período			
Total do capital próprio		10 367 171	10 464 846
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	20	345 000	237 058
		345 000	237 058
Passivo corrente			
Fornecedores	21	76 394	85 619
Estado e outros entes públicos	12	127 604	321 420
Outras dívidas a pagar	22	1 592 117	2 012 103
		1 796 115	2 419 142
Total do passivo		2 141 115	2 656 200
Total do capital próprio e do passivo		12 508 286	13 121 046

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unidade: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	23	7 984 799	9 769 894
Fornecimentos e serviços externos	24	(2 698 888)	(3 659 563)
Gastos com o pessoal	25	(2 354 534)	(2 172 759)
Provisões (aumentos/reduções)	26	(107 942)	(213 658)
Aumentos / reduções de justo valor	27	(137 749)	(31 236)
Outros rendimentos	28	698	517 316
Outros gastos	29	(2 499 072)	(2 698 217)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		187 312	1 511 777
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	(71 100)	(65 626)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		116 212	1 446 151
Juros e rendimentos similares obtidos	31	56 507	76 814
Resultado antes de impostos		172 719	1 522 965
Imposto sobre o rendimento do período	10	(89 019)	(314 166)
Resultado líquido do período		83 700	1 208 799
Resultado por ação básico		0,16	2,35

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unidade: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2021	1	2 566 800	-	-	-	513 360	5 524 982	-	-	(734 754)	1 178 971	9 049 359	-	9 049 359
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	32	-	-	-	-	-	-	-	-	206 688		206 688	-	206 688
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	206 688	-	206 688	-	206 688
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										1 208 799	1 208 799	-	1 208 799
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										1 208 799	1 415 487	-	1 415 487
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Outras operações	5	-	-	-	-	-	1 178 971	-	-	-	(1 178 971)	-	-	-
		-	-	-	-	-	1 178 971	-	-	-	(1 178 971)	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2021	6=1+2+3+5	2 566 800	-	-	-	513 360	6 703 953	-	-	(528 066)	1 208 799	10 464 846	-	10 464 846
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	-	-	-	-	-	-	973 685		973 685	-	973 685
		-	-	-	-	-	-	-	-	973 685	-	973 685	-	973 685
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										83 700	83 700	-	83 700
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										83 700	1 057 385	-	1 057 385
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 155 060)	(1 155 060)	-	(1 155 060)
Outras operações	10	-	-	-	-	-	53 739	-	-	-	(53 739)	-	-	-
		-	-	-	-	-	53 739	-	-	-	(1 208 799)	(1 155 060)	-	(1 155 060)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2022	11=6+7+8+10	2 566 800	-	-	-	513 360	6 757 692	-	-	445 619	83 700	10 367 171	-	10 367 171

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	Unidade: Euro	
	PERÍODOS	
	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	8 911 267	9 601 487
Pagamentos a fornecedores	(5 504 129)	(6 198 729)
Pagamentos ao pessoal	(1 072 906)	(965 953)
Caixa gerada pelas operações	2 334 232	2 436 805
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(335 133)	(247 840)
Outros recebimentos/pagamentos	(1 461 279)	(1 366 511)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	537 820	822 454
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(4 317)	(39 282)
Ativos intangíveis	(1 038)	(2 228)
Investimentos financeiros	(4 561 680)	-
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	4 545 500	63 000
Propriedades de investimento	-	775 000
Juros e rendimentos similares	16 453	16 843
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(5 082)	813 333
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	(1 155 060)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(1 155 060)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(622 322)	1 635 787
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 663 079	2 027 292
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 040 757	3 663 079

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euro)

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Futuro" ou "Sociedade") é uma Sociedade Anónima, com sede na Rua do Carmo nº 42, 6º piso - Lisboa, constituída por escritura de 14 de janeiro de 1988 e que tem por objeto social a instituição, administração, gestão e representação de Fundos de Pensões.

A Sociedade é detida pelas seguintes entidades:

Entidade	Sede Social
Montepio Geral Associação Mutualista	R. do do Ouro 219 a 241, 1100-062 Lisboa, Portugal
Fundação Oriente	Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte 1350-352 LISBOA
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 LISBOA
NAV PORTUGAL, E.P.E.	Rua D - Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	Rua D - Edifício 120 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA

No final do ano de 2022, a titularidade da participação da Montepio Seguros SGPS, S.A, correspondente a 76,78% do capital da Futuro, representado por 394 128 ações, passou a ser detida pela Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), por deliberação em AG de 25 de outubro de 2022 da Montepio Seguros SGPS, SA, que deliberou ainda, a dissolução desta sociedade.

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de Fundos de Pensões, a Futuro encontra-se sujeita à supervisão da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos:

Fundos Fechados:

- Fundo de Pensões Fundação Oriente
- Fundo de Pensões Montepio Geral
- Fundo de Pensões NAV - E.P. Complementos
- Fundo de Pensões NAV - E.P.E. SINCTA
- Fundo de Pensões NAV - SINCTA – Plano CD
- Fundo de Pensões Santa Casa Misericórdia de Lisboa em cogestão com CGD Pensões e SGF
- Fundo de Pensões Pinto Basto Comercial e Empresas coligadas
- Fundo de Pensões Vista Alegre
- Fundo de Pensões RUBIS A
- Fundo de Pensões RUBIS B
- Fundo de Pensões Arlúquido
- Fundo de Pensões Xerox
- Fundo de Pensões Montepio Geral - Associação Mutualista
- Fundo de Pensões CMVM
- Fundo de Pensões L'OREAL PORTUGAL

Fundos Abertos:

- Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas
- Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro
- Fundo de Pensões Viva
- Fundo de Pensões Futuro Clássico
- Fundo de Pensões PPA Acção Futuro

- Fundo de Pensões PPR Geração Activa
- Fundo de Pensões Futuro XXI
- Fundo de Pensões Futuro Activo
- Fundo de Pensões Futuro Life
- Fundo de Pensões PPR BIG Big Acções Alpha
- Fundo de Pensões PPR BIG Taxa Plus
- Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR BIG Acções Equilibrado
- Fundo de Pensões PPR BIG Conservador
- Fundo de Pensões PPR BIG Moderado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Equilibrado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Moderado
- Fundo de Pensões PPR Premium Aforro
- Fundo de Pensões PPR Premium Moderado
- Fundo de Pensões Futuro Plus
- Fundo de Pensões Corporate Moderado
- Fundo de Pensões Corporate Dinâmico
- Fundo de Pensões Corporate Crescimento
- Fundo de Pensões PPR Premium Dinâmico Acções
- Fundo de Pensões Aberto BK Dinâmico
- Fundo de Pensões Aberto BK Moderado
- Fundo de Pensões PPR BIG Acções Dinâmico
- Fundo de Pensões PPR BIG Acções Estratégico
- Fundo de Pensões PPR WEALTH

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro ("NCFR"), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2023, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na informação comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Nota 3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

Nota 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 nas Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 - 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Propriedades de Investimento

A Sociedade classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

c) Ativos fixos intangíveis

A Sociedade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Sociedade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

	Anos
Programas de computador	3
Outros ativos intangíveis	3

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

...

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

d) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

e) Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21 % sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;e,
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016, 2020 e 2021 é de 12 anos. Para os períodos de tributação de 2017 a 2019 e 2022, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

...

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O limite referido no ponto anterior é aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados no período de tributação de 2020 e 2021.

Os períodos de tributação de 2020 e 2021 não relevam para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

A Sociedade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Sociedade:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

f) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto.

j) Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego – Plano de benefício definido

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, a Sociedade aderiu ao Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

O plano de pensões existente na Sociedade corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define o critério de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O rendimento/gasto de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o rendimento/gasto líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio.

A Sociedade reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o rendimento/gasto líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O rendimento/gasto líquido com o plano de pensões é reconhecido em resultados consoante a sua natureza.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo atuário da Futuro designado para o efeito.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

...

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

m) Rédito/Prestação de Serviços (Comissões)

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e,
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados com as prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra são remunerados sob a forma de comissões, reconhecidas na rubrica Prestações de serviços da demonstração de resultados. As principais comissões cobradas pela Sociedade são as que a seguir se descrevem:

i) Comissão de administração

A Comissão de administração corresponde à remuneração da Sociedade pela administração corrente dos Fundos Fechados, nomeadamente pelo processamento contabilístico, verificação e pagamento das pensões e outras funções relacionadas com serviços de gestão corrente.

Esta comissão é calculada por aplicação de uma taxa definida nos respetivos contratos de gestão que incide sobre o valor das contribuições efetuadas para os Fundos, sendo cobrada e reconhecida aquando da realização das referidas contribuições.

ii) Comissão de gestão

A Comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão financeira e atuarial dos Fundos Fechados e Abertos.

Esta comissão é registada mensalmente nas Demonstrações Financeiras da Sociedade, com base no calculo diário, no caso dos Fundos de Pensões Abertos e mensalmente nos Fundos Pensões Fechados, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos e contratos de gestão que incide sobre o património líquido dos Fundos.

iii) Comissão de excesso de rendibilidade

A Comissão de excesso de rendibilidade corresponde à remuneração da *performance* financeira que a Sociedade obtém na gestão de Fundos Fechados, sendo calculada por aplicação de um coeficiente, definido nos respetivos contratos de gestão, ao excesso de rendibilidade apurado face à rendibilidade de referência (igualmente definida nos contratos de gestão). Esta comissão é apurada periodicamente, por norma semestralmente, e incide sobre o valor patrimonial do Fundo Fechado.

...

iv) Comissões cobradas aos subscritores - Fundos Abertos

Comissão de reembolso

Em 31 de dezembro de 2009 e até 18 de abril de 2010, a comissão de reembolso definida para os Fundos Abertos era na generalidade 2%. A partir dessa data a comissão de reembolso passou a ser 0%, com as exceções do Fundo de Pensões Garantia de Futuro e Fundo de Pensões Futuro Plus, em que a comissão de reembolso é 0,5% e dos reembolsos antecipados dos Fundos Abertos em que a comissão ascende a 2%.

n) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

o) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 23 de fevereiro de 2023, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 38.

p) Instrumentos Financeiros

A Sociedade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Sociedade designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;
- Ativos financeiros que a Sociedade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva menos qualquer perda por imparidade; ou,

...

- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subseqüentes.

A Sociedade optou por reconhecer, mensurar e divulgar os instrumentos financeiros de acordo com as normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.)

q) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital, como sejam dividendos, são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Na data de aprovação das contas por parte do Órgão de Gestão, este não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital. Informa-se, no entanto, que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia-Geral a distribuição de um dividendo total de 83.700,06€, que caso venha a ser aprovado, constituirá um passivo, nessa data, por contrapartida da redução de capital próprio.

r) Comissões de comercialização

Correspondem às comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral e Mii Capital pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Estas comissões encontram-se reconhecidas na rubrica Outros Gastos e perdas (Nota 29).

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

s) Descontos e Abatimentos em prestação de serviços

Corresponde a uma oferta de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos a Clientes que cumpram cumulativamente certas condições previstas no contrato de subscrição e que estão relacionadas nomeadamente com o tempo de permanência no Fundo.

A Sociedade regista o valor das ofertas de unidades de participação na rubrica Prestações de serviços – Descontos e abatimentos.

t) Garantia a Clientes

A Sociedade garante o valor do capital investido às subscrições efetuadas a partir de 9-6-2003, pelos participantes do Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro e garante o capital investido no Fundo FUTURO PLUS de 5 em 5 anos, em que a garantia foi verificada, pela primeira vez, no dia 31/10/2019 e, daí em diante, a 31 de outubro de cada ano.

u) Fundos de pensões sob gestão

A atividade da Sociedade, no que se refere à gestão contratada de Fundos de Pensões, encontra-se divulgada na nota 36. Os Ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), na Norma regulamentar n.º 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar n.º 9/2007-R de 28 de junho.

4.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Sociedade, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Em 2023, a inflação e conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia continuarão a ter um forte impacto na economia global e nos mercados financeiros. As perspetivas de baixo crescimento refletem também o aumento das taxas de juro dos bancos centrais para combater as mesmas.

Não se indiciam situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Sociedade.

4.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incerteza encontram-se detalhadas na nota 4.4.

NOTA 5 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

	2022 Euro	2021 Euro
Depósitos a prazo	1 500 000	1 500 000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 540 257	2 162 579
Caixa	500	500
Caixa e depósitos bancários	3 040 757	3 663 079

As taxas de Juro dos depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2022 variaram entre 0,35% e 0,50% (2021: variava entre 0,25% e 0,50%).

A taxa de Juro dos depósitos à ordem existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era nula.

NOTA 6 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o presente período a Sociedade não alterou políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas, não tendo igualmente efetuado o registo de erros.

NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	2022 Euro	2021 Euro
Valor Bruto		
Equipamento básico	138 749	138 749
Equipamento administrativo	469 790	454 976
Património artístico	44 478	44 478
	653 017	638 203
Depreciações acumuladas e imparidade		
Depreciações do período	(26 895)	(22 142)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	(515 313)	(493 171)
	(542 208)	(515 313)
Valor líquido contabilístico	110 809	122 890

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2022 são analisados como segue:

2022					
	Saldo em jan-22 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez-22 Euro
Valor bruto					
Equipamento básico	138 749	-	-	-	138 749
Equipamento administrativo	454 976	14 814	-	-	469 790
Património artístico	44 478	-	-	-	44 478
	<u>638 203</u>	<u>14 814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>653 017</u>
	Saldo em jan-22 Euro	Depreciação do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em dez-22 Euro
Depreciações acumuladas e imparidade					
Equipamento básico	126 716	1 628	-	-	128 344
Equipamento administrativo	388 597	25 267	-	-	413 864
	<u>515 313</u>	<u>26 895</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>542 208</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2021 são analisados como segue:

2021					
	Saldo em jan-21 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez-21 Euro
Valor bruto					
Equipamento básico	138 749	-	-	-	138 749
Equipamento administrativo	415 694	39 282	-	-	454 976
Património artístico	44 478	-	-	-	44 478
	<u>598 921</u>	<u>39 282</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>638 203</u>
	Saldo em jan-21 Euro	Depreciação do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em dez-21 Euro
Depreciações acumuladas e imparidade					
Equipamento básico	125 088	1 628	-	-	126 716
Equipamento administrativo	368 083	20 514	-	-	388 597
	<u>493 171</u>	<u>22 142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>515 313</u>

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos "Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração de Resultados por naturezas.

NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	2022 Euro	2021 Euro
Valor Bruto		
Programas de computador	835 304	833 277
Outros ativos intangíveis	13 808	13 046
	<u>849 112</u>	<u>846 323</u>
Amortizações acumuladas e imparidade		
Amortizações do período	(44 205)	(38 744)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	(769 935)	(731 191)
	<u>(814 140)</u>	<u>(769 935)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>34 972</u>	<u>76 387</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2022 são analisados como segue:

2022					
	Saldo em jan-22 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez-22 Euro
Valor bruto					
Programas de computador	833 277	2 027	-	-	835 304
Outros ativos intangíveis	13 046	762	-	-	13 808
	<u>846 323</u>	<u>2 789</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>849 112</u>
	Saldo em jan-22 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em dez-22 Euro
Amortizações acumuladas e imparidade					
Programas de computador	756 889	43 443	-	-	800 332
Outros ativos intangíveis	13 046	762	-	-	13 808
	<u>769 935</u>	<u>44 205</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>814 140</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2021 são analisados como segue:

2021					
	Saldo em jan-21 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez-21 Euro
Valor bruto					
Programas de computador	781 816	1 252	-	50 209	833 277
Outros ativos intangíveis	12 319	727	-	-	13 046
Ativos fixos intangíveis em curso	50 209	-	-	(50 209)	-
	<u>844 344</u>	<u>1 979</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>846 323</u>
	Saldo em jan-21 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em dez-21 Euro
Amortizações acumuladas e imparidade					
Programas de computador	718 872	38 017	-	-	756 889
Outros ativos intangíveis	12 319	727	-	-	13 046
	<u>731 191</u>	<u>38 744</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>769 935</u>

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos "Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração de Resultados por naturezas.

NOTA 9 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica Outros investimentos financeiros é analisada como segue:

2022					
	Saldo em jan-22	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em dez-22
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
F. Compensação Trabalho	2 361	1 817	-	-	4 178
OBRIG VERDES GREENVOLT - 2022_2027	-	1 500 000	-	-	1 500 000
OBRIG CAIXA GERAL DEPOSITOS 22_28	-	2 061 009	-	-	2 061 009
FUNDO IMOB. CORUM ORIGIN	-	1 000 000	-	-	1 000 000
	<u>2 361</u>	<u>4 562 826</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4 565 187</u>

2021					
	Saldo em jan-21	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em dez-21
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
F. Compensação Trabalho	1 410	951	-	-	2 361
	<u>1 410</u>	<u>951</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 361</u>

NOTA 10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis, pelo que as declarações dos anos de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão por parte da Administração Tributária.

Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Para além do imposto corrente, a Sociedade regista em resultados o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	2022	2021
Imposto corrente	113 306	362 239
Impostos diferidos	(24 287)	(48 073)
	<u>89 019</u>	<u>314 166</u>

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2022	2021
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Total (b)	<u>22,5%</u>	<u>22,5%</u>

(a) Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos		Líquido	
	dez 2022	dez 2021	dez 2022	dez 2021	dez 2022	dez 2021
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Provisões / Imparidades	-	-	-	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	77 625	53 338	-	-	77 625	53 338
	<u>77 625</u>	<u>53 338</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77 625</u>	<u>53 338</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2022 foi o seguinte:

	Saldo inicial 2022 Euro	Constituição/ (Reversão) em Resultados Euro	Saldo final 2022 Euro
Imposto diferido ativo			
Provisões não aceites fiscalmente	53 338	24 287	77 625
	<u>53 338</u>	<u>24 287</u>	<u>77 625</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2021 foi o seguinte:

	Saldo inicial 2021 Euro	Constituição/ (Reversão) em Resultados Euro	Saldo final 2021 Euro
Imposto diferido ativo			
Provisões não aceites fiscalmente	5 265	48 073	53 338
	<u>5 265</u>	<u>48 073</u>	<u>53 338</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2022 e 2021 é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Resultados antes de impostos	172 719	1 522 965
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	36 271	319 823
Diferenças permanentes		
Realizações de utilidade social não dedutíveis	154 219	(365 938)
Outras variações no capital próprio	-	206 688
Diferenças temporárias	(655)	(3 772)
Imparidades e provisões	107 943	213 658
Matéria coletável / Coleta	434 226	1 573 600
Imposto	91 187	329 456
Tributação autónoma	15 605	14 277
Derrama	6 514	23 604
Benefícios Fiscais	-	(7 306)
Derrama Estatual	-	2 208
Imposto corrente	113 306	362 239
Imposto diferido	(24 287)	(48 073)
Imposto sobre o Rendimento do Período	89 019	314 166
	<u>51,5%</u>	<u>20,6%</u>

NOTA 11 - CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Fundos de Pensões Fechados	825 981	1 596 856
Fundos de Pensões Abertos	521 908	530 941
	<u>1 347 889</u>	<u>2 127 797</u>

Esta rubrica regista o montante a receber dos Fundos de Pensões referente, essencialmente, a comissões de gestão relativas ao último trimestre dos exercícios de 2022 e 2021, conforme referido na política contabilística descrita na nota 4.2 m) ii).

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica Estado e outros entes públicos a pagar é analisada como segue:

	2022		2021	
	A receber Euro	A pagar Euro	A receber Euro	A pagar Euro
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Estimativa imposto	100 318	-	-	139 088
Imposto de Selo	-	50 537	-	96 326
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	31 360	-	32 783
ASF - Aut. de Supervisão de Seg. e Fundos de Pensões	-	22 632	-	31 742
Contribuições para a Segurança Social	-	22 760	-	21 357
Outras Taxas	-	315	-	125
	<u>100 318</u>	<u>127 604</u>	<u>-</u>	<u>321 420</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) durante o exercício de 2022, foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(139 088)</u>
Pagamentos efetuados no exercício relativos ao exercício anterior	139 088
Pagamentos efetuados no exercício:	
- Pagamentos por conta do exercício	196 045
- Retenções na fonte	17 579
Dotação para imposto corrente sobre lucros	<u>(113 306)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>100 318</u>

A reconciliação da taxa de imposto encontra-se apresentada na Nota 10.

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica ASF – Aut. de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões regista valores relativo à taxa para a ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), taxa cobrada por esta entidade aos Fundos de Pensões, aplicada sobre o valor das contribuições recebidas pelos Fundos durante o exercício. Em 2022 e em 2021, a taxa em vigor foi 0,048%.

Esta taxa é integralmente assumida pelos Fundos de Pensões, funcionando a Sociedade como agente pagador, fazendo a retenção da taxa ao Fundo no momento do recebimento das contribuições. A Sociedade regista o valor retido numa conta a pagar à ASF que liquida semestralmente.

NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica Outros créditos a receber é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a Receber	1 387	1 882
Outros devedores e credores		
Benefícios pós-emprego	888 411	68 946
Outros Devedores	46 021	42 843
	<u>935 819</u>	<u>113 671</u>

A rubrica Outros devedores e credores – Benefícios pós-emprego regista o valor dos ativos líquidos reconhecidos em Balanço e que apresenta a diferença entre os ativos do fundo e as responsabilidades totais, conforme nota 32.

NOTA 14 - DIFERIMENTOS

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Diferimentos Ativos		
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A	99 297	87 871
Montepio Geral Associação Mutualista	7 633	7 633
Diversos	-	112
	<u>106 930</u>	<u>95 616</u>

NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Operação de Capitalização Rendimento Anual	-	4 539 730
F. Investimento Mobiliário - Montepio Taxa Fixa	867 146	986 948
F. Investimento Mobiliário - Montepio Obrigações	962 682	981 104
Fundo VIP	355 702	355 264
Novimovest	2 450	2 861
	<u>2 187 980</u>	<u>6 865 907</u>

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao justo valor, cujas alterações são reconhecidas na demonstração dos resultados.

No último trimestre do ano de 2022, os ativos financeiros detidos em Operações de Capitalização Rendimento Anual foram substituídos por investimentos financeiros de m/l prazo em Obrigações Verdes *Greenvolt*, Obrigações CGD e Fundo Imobiliário *Corum Origin*, conforme Nota 9 - Outros Investimentos Financeiros.

O justo valor da Operação de Capitalização Rendimento Anual foi determinado considerando as características do investimento, refletindo a taxa de desconto associada, às condições de mercado atuais.

Para os restantes ativos o justo valor foi determinado tendo por base a cotação de mercado com referência a 31 de dezembro de 2022.

NOTA 16 – CAPITAL SUBSCRITO

O capital social de 2.566.800€, representado por 513.360 ações ordinárias de valor nominal de 5€, encontra-se integralmente realizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2022, é a seguinte:

	Número de ações	Capital	%
Montepio Geral Associação Mutualista	394 128	1 970 640	76,78%
Fundação Oriente	53 100	265 500	10,34%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	26 190	130 950	5,10%
NAV PORTUGAL, E.P.E.	19 974	99 870	3,89%
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	19 968	99 840	3,89%
	<u>513 360</u>	<u>2 566 800</u>	<u>100,00%</u>

No final do ano de 2022, a titularidade da participação da Montepio Seguros SGPS, S.A, correspondente a 76,78% do capital da Futuro, representado por 394 128 ações, passou a ser detida pela Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), por deliberação em AG de 25 de outubro de 2022 da Montepio Seguros SGPS, SA, que deliberou ainda, a dissolução desta sociedade.

NOTA 17 – RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade, situação que se verifica com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	2022	2021
	Euro	Euro
Reservas Legais	513 360	513 360
	<u>513 360</u>	<u>513 360</u>

NOTA 18 – OUTRAS RESERVAS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica Outras reservas e outras variações no capital próprio é apresentada como segue:

	2022	2021
	Euro	Euro
Outras Reservas	6 757 692	6 703 953
Outras Variações no capital próprio	445 619	(528 066)
	<u>7 203 311</u>	<u>6 175 887</u>

A variação da rubrica Outras variações no capital próprio regista os desvios atuariais conforme nota 32.

NOTA 19 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 31 de março de 2022, a Sociedade procedeu em 2022 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2021 de 1.155.060,00€.

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 25 de março de 2021, a Sociedade não procedeu em 2021 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2020.

NOTA 20 – PROVISÕES

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	2022	2021
	Euro	Euro
Riscos de investimentos	285 000	192 058
Outras provisões	60 000	45 000
	<u>345 000</u>	<u>237 058</u>

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

O movimento das provisões, é analisado como segue:

2022				
	Saldo inicial Euro	Aumentos Euro	Reversões Euro	Saldo final Euro
Riscos de Investimentos	192 058	92 942	-	285 000
Outras provisões	45 000	15 000	-	60 000
	<u>237 058</u>	<u>107 942</u>	<u>-</u>	<u>345 000</u>
2021				
	Saldo inicial Euro	Aumentos Euro	Reversões Euro	Saldo final Euro
Riscos de Investimentos	23 400	168 658	-	192 058
Outras provisões	-	45 000	-	45 000
	<u>23 400</u>	<u>213 658</u>	<u>-</u>	<u>237 058</u>

A rubrica Riscos de investimentos, refere-se à responsabilidade com garantia de capital assegurada a alguns planos de Fundos de Pensões geridos pela Sociedade.

No exercício de 2022, procedeu-se a uma revisão da estimativa de cálculo da provisão para garantia a clientes dos FP Garantia e Futuro Plus, com o objetivo de os ajustar à realidade atual, suportados nos dados históricos disponíveis.

A rubrica Outras provisões corresponde a uma provisão para gastos com condomínio.

NOTA 21 – FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Tempomedia-Agência de Meios Publicidade, S.A.	37 940	43 656
Claranet II Solutions, S.A.	9 880	-
Longo Prazo - Consultores de Gestão	7 048	7 117
Condomínio Prédio Rua General Firmino Miguel, nº 5 9º B	5 894	5 894
IIRH - Instituto de Informação em Recursos Humanos	-	5 781
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	5 432	5 432
MEO - Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A.	1 915	-
GPA - Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados	-	2 460
Editora RH, Lda.	-	2 153
Corvos & Caravelas, Lda.	-	1 845
Pendular - Serviços a Empresas, Lda	1 752	-
F5O - F.S. Oliveira Consultores, Lda.	-	1 691
Cem Palavras Comunicação Empresarial, Lda.	-	1 230
CTT Correios de Portugal	1 125	1 144
Tema Central - Unipessoal, Lda.	-	1 107
E.A.D - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.	1 085	1 041
Samsic Portugal - Facility Services, SA	818	773
Luis Amaral Consultores Unipessoal, Lda.	-	738
Outros	3 505	3 558
	<u>76 394</u>	<u>85 619</u>

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

A rubrica Tempomedia corresponde ao montante por liquidar a esta Sociedade, relativo a campanhas publicitárias.

NOTA 22 - OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras Contas a Pagar tem a seguinte composição:

	2022 Euro	2021 Euro
Credores por acréscimos de gastos		
- Férias e Subsídio de Férias	264 778	245 910
- Gratificações excecionais a colaboradores	100 243	95 550
- FNAC Portugal, Lda.	12 111	16 266
- BDO e Associados, SROC, Lda.	5 166	10 332
- Fundo Investimento Imobiliário Corum Origin	7 973	-
- Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.	17 418	-
Outros devedores e credores		
- Montepio Gestão de Activos SGFI, S. A.	382 352	734 552
- Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	626 276	703 109
- Montepio Geral - Associação Mutualista	10 074	9 425
- Fundo de Pensões Viva	44 373	82 481
- METLIFE	75 941	66 806
- Fundo PPR 5 Estrelas	35 000	46 116
- Fundo PPR Garantia Futuro	6 945	-
- Outros	3 467	1 557
	<u>1 592 117</u>	<u>2 012 103</u>

A rubrica Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., regista os montantes a pagar referentes às prestações de serviços de gestão de carteiras contratada a essa Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da conta a pagar à Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. diz respeito às comissões de comercialização a pagar pelas subscrições de unidades de participação em Fundos Abertos realizadas aos balcões daquela instituição, conforme nota 29.

O saldo a favor do Fundo de Pensões VIVA é referente à reposição de comissões de gestão a Clientes institucionais.

O saldo a favor do Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas respeita à especialização do exercício de ofertas a Clientes a pagar em 2022.

A rubrica BDO regista parte dos honorários a liquidar ao Revisor Oficial de Contas no âmbito das suas funções cujo montante total é de 5.166€, incluindo IVA, conforme notas 24 e 37.

NOTA 23 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Esta rubrica regista as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão.

	2022 Euro	2021 Euro
Fundos fechados:		
Comissão de gestão - Parte Fixa	3 129 164	4 218 181
Comissão sobre contribuições	5 886	30 002
Comissão de gestão - Parte Variável	21 444	913 529
	<u>3 156 494</u>	<u>5 161 712</u>
Fundos abertos:		
Comissão de gestão	4 685 293	4 492 083
Comissão de reembolso	143 012	116 099
	<u>4 828 305</u>	<u>4 608 182</u>
	<u>7 984 799</u>	<u>9 769 894</u>

NOTA 24 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022 Euro	2021 Euro
Trabalhos especializados	1 911 088	2 863 939
Publicidade e propaganda	242 380	376 828
Artigos para oferta	227 544	53 001
Rendas e alugueres	142 514	135 038
Honorários	73 800	61 550
Comunicação	40 698	96 991
Energia e fluidos	13 065	10 571
Limpeza, higiene e conforto	11 176	11 921
Deslocações, estadas e transportes	8 594	21 081
Artigos diversos cafetaria	7 543	3 653
Serviços bancários	6 695	3 065
Conservação e reparação	4 624	9 954
Seguros	3 541	4 555
Outros	1 942	1 782
Material de escritório	1 569	4 397
Despesas de representação	1 072	183
Livros e documentação técnica	602	762
Contencioso e notariado	441	292
	<u>2 698 888</u>	<u>3 659 563</u>

Os gastos com Trabalhos especializados respeitam, essencialmente, à prestação de serviços de gestão parcial das carteiras dos Fundos de Pensões realizada pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

A rubrica Trabalhos especializados inclui, também, os valores referentes à revisão legal de contas no valor de 10.332€, incluindo IVA, conforme notas 22 e 37 (2021: 10.332€).

Na rubrica Rendas e alugueres estão incluídas as rendas de contratos de aluguer operacional de veículos efetuados em regime de gestão de frotas, no valor de 21.940€ (2021: 21.812€). Os pagamentos futuros são apresentados por prazo de pagamento na nota 33.

A rubrica Comunicação refere-se principalmente a correspondência expedida para os Clientes da Sociedade.

NOTA 25 – GASTOS COM PESSOAL

Durante o exercício de 2022 a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 36 colaboradores (2021: 33).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2022	2021
	Euro	Euro
Remunerações	1 591 872	1 452 930
Encargos sobre remunerações	359 983	331 272
Seguros	127 718	98 087
Gratificação excecional	100 243	95 550
Outros	174 718	194 920
	2 354 534	2 172 759

Os benefícios pós-emprego referem-se a um plano de pensões de benefício definido conforme referido na nota 32.

As remunerações e encargos com o Conselho de Administração são apresentados na nota 34.

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	2022	2021
	Euro	Euro
Benefícios de curto prazo dos empregados	307 653	272 448
Benefícios pós-emprego	28 856	26 814
	336 509	299 262

NOTA 26 – PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Provisões		
Aumento de provisões	107 942	213 658
	<u>107 942</u>	<u>213 658</u>

NOTA 27 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustamentos de justo valor:		
Ativos financeiros detidos para negociação	(137 749)	(31 236)
	<u>(137 749)</u>	<u>(31 236)</u>

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Rendimentos em Investimentos não Financeiros	-	480 416
Correcções relativas a períodos anteriores	-	36 900
Outros	698	-
	<u>698</u>	<u>517 316</u>

A rubrica Rendimentos em Investimentos não Financeiros no ano de 2021 refere-se à mais-valia contabilística da venda do imóvel sito na Rua General Firmino Miguel, nº 5 - 9º B.

NOTA 29 – OUTROS GASTOS

Nos exercícios de 2022 e 2021 a rubrica Outros Gastos tinha a seguinte composição:

	2022 Euro	2021 Euro
Comissões de comercialização	2 437 720	2 637 340
Donativos	22 000	28 000
Quotizações	11 370	11 302
Impostos	13 193	12 312
Outros	14 789	9 263
	<u>2 499 072</u>	<u>2 698 217</u>

A rubrica Comissões de Comercialização corresponde às comissões incorridas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos através da Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. e Mii Capital.

NOTA 30 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	26 895	22 142
Ativos intangíveis (nota 8)	44 205	38 744
Propriedades de investimento	-	4 740
	<u>71 100</u>	<u>65 626</u>

NOTA 31 – RESULTADOS FINANCEIROS

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos	4 192	5 104
Operação de Capitalização Rendimento Anual	18 770	59 944
Outros rendimentos (VIP)	11 766	11 766
Obrigações GreenVolt	9 100	-
Obrigações CGD	7 562	-
FUNDO CORUM ORIGIN	5 117	-
	<u>56 507</u>	<u>76 814</u>

NOTA 32 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e a retribuição.

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2022	2021
Pressupostos financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxas de rendimento do fundo	4,23%	1,47%
Taxa de desconto	4,23%	1,47%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 + 1	TV 88/90 + 1
Mulheres	TV 88/90 + 2	TV 88/90 + 2
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projectado		

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela NCRF 28. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a obrigações de alta qualidade de empresas e (ii) *duration* das responsabilidades.

À data de 31 de dezembro de 2022, a *duration* das responsabilidades ascende a 18 anos (31 de dezembro de 2021: 20 anos).

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2022	2021
Ativos	37	33
Reformados e sobreviventes	4	2
	41	35

De acordo com a política contabilística efetuada descrita na nota 1 j), as responsabilidades por pensões e outros benefícios e respetivos níveis de cobertura são analisados como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Ativos / (Responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	(2 384 879)	(3 978 978)
Pensionistas	(464 346)	(288 017)
	(2 849 225)	(4 266 995)
Total das responsabilidades	(2 849 225)	(4 266 995)
Coberturas		
Valor do Fundo	3 737 636	4 335 941
Ativos / (Passivos) líquidos em Balanço (ver nota 13)	888 411	68 946
Percentagem de cobertura	131,2%	101,6%
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	445 619	(528 066)

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio por morte é apresentada como segue:

	2022	2021
	Euro	Euro
	Pensões de reforma	Pensões de reforma
Responsabilidades no início do exercício	4 266 996	4 171 582
Custo do serviço corrente	155 232	163 196
Custo dos juros	62 725	54 231
(Ganhos) / Perdas atuariais		
- Alterações de pressupostos	(1 750 271)	(114 108)
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	270 112	9 618
Pensões pagas pelo Fundo	(27 122)	(17 524)
Outros pagamentos	(128 447)	-
Responsabilidades no final do exercício	2 849 225	4 266 995

A evolução do valor do fundo de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser analisada como segue:

	2022	2021
	Euro	Euro
Valor do Fundo no início do período	4 335 941	4 196 709
Rendimento esperado	63 738	54 557
Desvios financeiros	(506 474)	102 198
Pensões pagas pelo Fundo	(27 122)	(17 524)
Transferência de Responsabilidades	(128 447)	-
Valor do Fundo no fim do período	3 737 636	4 335 941

De referir que o fundo de pensões, denominado "Fundo de Pensões Viva", é gerido pela "Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A." no qual a Sociedade participa em 11,7% a 31 de dezembro de 2022 (2021: 11,2%).

Nos anos de 2022 e 2021, devido aos excedentes gerados pela subida das taxas de desconto, não houve Contribuições da Sociedade para o fundo.

Os ativos do Fundo de Pensões repartidos por tipo são detalhados como segue:

	2022	2021
	Euro	Euro
Aplicações em bancos e outras	173 207	137 771
Imobiliário	141 247	139 407
Obrigações	2 436 151	2 842 841
Outros	987 031	1 215 922
	3 737 636	4 335 941

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Desvios atuariais no início do exercício	528 066	734 754
(Ganhos) / Perdas atuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	(1 750 271)	(114 108)
- (Ganhos) / Perdas de experiência	776 586	(92 580)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(445 619)	528 066
Variação	973 685	206 688

Os custos do período com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídios por morte podem ser analisados como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
Custo do serviço corrente	155 232	163 196
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(1 014)	(326)
Custos do período	154 219	162 870

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidos em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 como segue:

	2022 Euro	2021 Euro
No início do exercício	68 946	25 127
Custo do serviço corrente	(155 232)	(163 196)
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	1 014	326
Ganhos / (Perdas) atuariais	1 480 159	104 490
Ganhos / (Perdas) financeiras	(506 476)	102 198
No final do exercício	888 411	68 946

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva e a uma variação negativa de 25 pontos base no valor das responsabilidades com pensões cujo impacto é analisado como segue:

	2022 Euro		2021 Euro	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(108 851)	115 222	(200 331)	213 922
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	48 311	(46 680)	92 030	(88 678)
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	68 750	(66 458)	118 896	(114 543)
Mortalidade futura (1 ano de variação)	(94 156)	92 489	(180 439)	181 167

NOTA 33 – LOCAÇÕES

A Sociedade apresenta as seguintes responsabilidades futuras no âmbito de Locações Operacionais:

	2022	2021
Menos de um ano	24 788	24 780
Entre um e cinco anos	11 729	24 472
	<u>36 517</u>	<u>49 252</u>

NOTA 34 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas da Sociedade é apresentada como segue:

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
José Luís Esparteiro da Silva Leitão
João António Morais da Costa Pinto
José Mendes Alfaia
Maria Alice Silva Medeiros Lima Pinto

Acionistas

Montepio Geral Associação Mutualista
Fundação Oriente
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
NAV Portugal, E.P.E
Ana - Aeroportos de Portugal, S.A.

Outras partes relacionadas

Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.
Cesource ACE
Clínica CUF Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.

Outras partes relacionadas (cont.)

Finibanco Angola, S.A.
Fundação Montepio Geral
Fundo de Pensões - Montepio Geral
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
In Posterum, A.C.E.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.
Nova Câmbio - Instituição de Pagamento, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Ssaginentive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis, S.A.

Em 2022 e 2021, as transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

2022						
	Caixa e depósitos bancários	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Passivo)	Diferimentos (Ativo)	Activos financeiros detidos para negociação
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	1 499 505	-	626 276	-	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	17 418	-	99 298	-
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	-	7 633	-
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	-	-	382 352	-	-	-
Montepio Crédito, S.A.	-	246	-	-	-	-
	<u>1 499 505</u>	<u>246</u>	<u>1 026 046</u>	<u>-</u>	<u>106 931</u>	<u>-</u>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	-	-	2 433 241	-	-	
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	1 570 249	-	-	-	-	
Montepio Geral - Associação Mutualista	120 575	-	-	-	-	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	3 541	113 904	-	-	-	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	13 814	-	-	18 770	
Montepio Crédito, S.A.	21 940	-	-	-	-	
	<u>1 716 305</u>	<u>127 718</u>	<u>2 433 241</u>	<u>-</u>	<u>18 770</u>	

2021						
	Caixa e depósitos bancários	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Passivo)	Diferimentos (Ativo)	Activos financeiros detidos para negociação
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	2 125 250	-	703 109	-	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	87 871	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	-	4 539 730
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	-	7 633	-
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	-	-	734 552	-	-	-
Montepio Crédito, S.A.	-	246	-	-	-	-
	<u>2 125 250</u>	<u>246</u>	<u>1 437 661</u>	<u>-</u>	<u>95 504</u>	<u>4 539 730</u>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	-	-	2 633 033	-	-	
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	2 377 085	-	-	-	-	
Montepio Geral - Associação Mutualista	113 226	-	-	-	-	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	4 555	85 991	-	-	-	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	12 096	-	-	59 944	
Montepio Crédito, S.A.	21 812	-	-	-	-	
	<u>2 516 679</u>	<u>98 087</u>	<u>2 633 033</u>	<u>-</u>	<u>59 944</u>	

As transações com a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. referem-se, principalmente, a gastos suportados com comissões devidas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

As transações com a Montepio Gestão de Activos refere-se principalmente a gastos suportados pela prestação de serviços de gestão de carteiras e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

...

2022 Relatório e Contas Futuro, SA

Durante os exercícios de 2022 e 2021 os Administradores Executivos auferiram os montantes de 454.447€ e 394.355€ respetivamente. Importa referir que em 2021, só a partir de abril de 2021, a Futuro passou a contar com dois Administradores Executivos, dando resposta às novas exigências do regime jurídico dos fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras. Os restantes Administradores receberam no exercício de 2022 o montante global de 12.250€ (2021: 12.250€). A Sociedade não assumiu quaisquer responsabilidades com pensões de reforma dos anteriores membros dos órgãos sociais. Não existem responsabilidades com os atuais membros, com exceção das assumidas com os Administradores Executivos e que se encontram incluídas nas responsabilidades referidas na Nota 32, cujo gasto do exercício de 2022 ascendeu 64.594€ (2021: 58.286€).

O Património líquido gerido pela Futuro, a que correspondem os Fundos de pensões que comercializam encontram-se descritos na nota 36.

NOTA 35 – MARGEM DE SOLVÊNCIA

O montante mínimo de capital é definido pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), em função da margem de solvência que tem por base o volume de Ativos em gestão.

A margem de solvência da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 é de 165,97% (2021: 144,99%).

NOTA 36 – FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os Fundos de Pensões sob gestão da Sociedade são analisados como segue:

	Património líquido	
	2022 Euro	2021 Euro
Fundos Fechados:	1 192 016 989	1 322 313 695
Fundos Abertos:		
Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas	180 123 807	187 099 149
Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro	109 167 847	113 350 703
Fundo de Pensões PPR BIG Ações Equilibrado	62 066 712	51 528 726
Fundo de Pensões PPR BIG TAXA PLUS	46 590 136	62 227 574
Fundo de Pensões PPR BIG Moderado	37 726 661	34 924 441
Fundo de Pensões VIVA	31 926 553	38 878 181
Fundo de Pensões PPR BIG ACÇÕES ALPHA	31 572 604	34 876 785
Fundo de pensões PPR BIG ACÇÕES DINÂMICO	21 861 645	17 464 971
Fundo de Pensões PPR Geração Activa	16 861 337	18 156 434
Fundo de pensões PPR BIG Ações Estratégico	14 428 538	10 773 023
Fundo de Pensões CORPORATE Moderado	11 750 008	11 864 200
Fundo de Pensões FUTURO CLÁSSICO	9 141 114	9 361 061
Fundo de Pensões CORPORATE DINÂMICO	4 753 913	4 737 191
Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico	2 994 003	3 688 671
Fundo de Pensões PPR Big Conservador	2 630 328	6 264 544
Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO	2 553 851	2 067 820
Fundo de Pensões FUTURO PLUS	2 116 481	1 848 910
Fundo de Pensões FUTURO XXI	2 108 839	2 028 366
Fundo de Pensões PPA Acção Futuro	2 080 567	2 287 464
Fundo de Pensões FUTURO LIFE	1 497 981	1 716 111
Fundo de Pensões FUTURO ACTIVO	1 469 442	1 547 653
Fundo de Pensões BIG Prestige Moderado	1 231 607	1 723 189
Fundo de Pensões Aberto BK Moderado	1 064 077	270 649
Fundo de Pensões BIG Prestige Equilibrado	991 879	987 651
Fundo de Pensões PPR WEALTH	370 600	149 577
Fundo de Pensões PPR Premium Moderado	351 548	338 547
Fundo de Pensões Aberto BK Dinâmico	306 546	363 713
Fundo de Pensões PPR Premium Dinâmico Ações	207 433	188 003
Fundo de Pensões PPR Premium Aforro	95 338	183 140
Sub-total	600 041 395	620 896 447
Total	1 792 058 384	1 943 210 141

NOTA 37 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;

b) Proposta de aplicação de resultados:

O resultado bruto apurado no exercício foi de 172.718,68€ e o resultado líquido resultante de 83.700,06€. O Conselho de Administração propõe:

- Transferência para a rubrica Outras reservas 1.562,46€;
- Distribuição de dividendos: 82 137,60€ (0,16€/ação)

Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas excluindo IVA:

	2022 Euro	2021 Euro
Revisão legal das contas	8 400	8 400
	8 400	8 400

A Sociedade não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e

A Sociedade não tem impostos em mora ao Estado.

NOTA 38 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devam estar registados nas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e vinte e dois e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Sociedade, contactando com a Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da BDO & Associados, SROC, Lda., a Certificação Legal das Contas, que foi emitida sem reservas e sem ênfases. O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correta a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da Empresa.

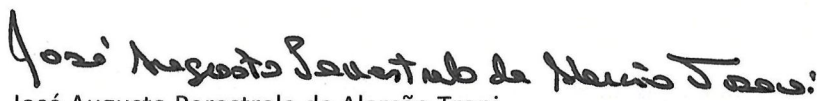
No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

- 1- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e vinte e dois;
- 2- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Que ao Conselho de Administração seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 16 de março de 2023

O Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Presidente


Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Vogal


Maria Fernanda Rodrigues Fernandes
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (adiante também designada por FUTURO ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 12 508 286 euros e um total de capital próprio de 10 367 171 euros, incluindo um resultado líquido de 83 700 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas

circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da FUTURO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2023



Pedro Manuel Aleixo Dias,
(ROC n.º 725, inscrito na CMVM sob o n.º 20160361)
em representação de BDO & Associados - SROC



Futuro-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Rua do Carmo, nº42, 6º – 1200-094 Lisboa

Telefone + 351 210 416 005
(custo de chamada para a rede fixa nacional)

E-mail: geral@futuro-sa.pt

Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963 | Capital Social € 2.566.800 | Registada na C.R.C. de Lisboa
Autorizada, Supervisionada e Registada na ASF-Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões com o Nº 3805

www.futuro-sa.pt